



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 638/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal;

Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.982, de 16 de julho de 2009, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.652, de 13 de abril de 2018, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo e o Dia Nacional do Orgulho Autista (redação dada pela Lei nº 15.365, de 2026).

Lei Federal nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Lei Federal nº 15.249, de 3 de novembro de 2025, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.

Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 17.158, de 18 de setembro de 2019, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, e dá outras providências.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, especialmente os arts. 221 e seguintes.

Lei Municipal nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990, que determina tratamento prioritário a pessoas portadoras de deficiências físicas.

Lei Municipal nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

Lei Municipal nº 11.987, de 16 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação nos parques do Município de São Paulo de pelo menos um brinquedo destinado para crianças portadoras de doenças mentais ou deficiência física, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.387, de 3 de fevereiro de 2016, que determina a disponibilização de brinquedos adaptados ao uso de crianças com deficiência em parques e áreas de lazer infantil, públicos e privados, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que institui o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013.

Lei Municipal nº 17.334, de 25 de março de 2020, que dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Lei Municipal nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, que dispõe sobre política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

Lei Municipal nº 17.753, de 24 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a criação de um complexo de referência e atendimento especializado às pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Síndrome de Down.

Lei Municipal nº 17.872, de 28 de dezembro de 2022, que institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado, para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos educandos com transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares, nas instituições públicas e privadas de ensino do Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 18.106, de 26 de abril de 2023, que altera a Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, para autorizar a celebração de convênios ou parcerias para fins de capacitação técnica e treinamento de servidores públicos do Município de São Paulo no atendimento às pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 18.078, de 11 de janeiro de 2024, que obriga a aplicação do questionário M-CHAT para realização do rastreamento de sinais precoces do autismo durante atendimentos em unidades de saúde públicas e privadas no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 18.132, de 17 de junho de 2024, que acrescenta dispositivo à Lei nº 15.096, de 5 de janeiro de 2010, para determinar que o Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão passe a contemplar as pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Lei Municipal nº 18.213, de 27 de dezembro de 2024, que denomina “Centro Municipal para Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo Dra. Marina Magro Beringhs Martinez” o 1º Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.

Lei Municipal nº 18.253, de 22 de maio de 2025, que institui o “Cantinho do Acolhimento”, que consiste em espaços reservados para pessoas neurodivergentes nos estabelecimentos públicos e privados.

Lei Municipal nº 18.387, de 9 de janeiro de 2026, que altera a Lei Municipal nº 16.518, de 22 de julho de 2016, para assegurar e ampliar o direito de ingresso e permanência de pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência em locais de uso público ou privado no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 582/2021 – Dispõe sobre a implantação da Casa do Autista no Município de São Paulo.

PL nº 51/2023 – Estabelece a obrigatoriedade de criação de espaço adequado ao atendimento de portadores de Transtorno do Espectro Autista – TEA em aeroportos, terminais de transporte interestaduais, estádios de futebol e arenas esportivas.

PL nº 259/2023 – Dispõe sobre a criação de espaços de playground nas praças e escolas para crianças com TEA maiores, e dá outras providências.

PL nº 353/2023 – Dispõe sobre a destinação de espaços reservados e adaptados para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em estádios e arenas esportivas com capacidade igual ou superior a 5 mil pessoas no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL nº 480/2023 – Autoriza o Executivo a criar Centros de Referência Especializados no Atendimento Integral às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista na Cidade de São Paulo.

PL nº 184/2024 – Torna obrigatória a instalação de sala de aula multissensorial nas escolas da rede municipal de ensino básico para crianças e jovens com deficiência intelectual e/ou múltipla, bem como com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências.

PL nº 210/2024 – Dispõe sobre a disponibilização de salas exclusivas para alunos autistas nas escolas da rede pública do Município de São Paulo, na forma que especifica, e dá outras providências.

PL nº 359/2024 – Institui o Código Municipal da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, dando ainda outras providências.

PL nº 412/2024 – Dispõe sobre as Casas de Permanência (CP-TEA) para acolhimento e tratamento às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e altera a Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020.

PL nº 413/2024 – Altera a Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, para criar os “Espaços Sensoriais” nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), no Município de São Paulo.

PL nº 481/2024 – Dispõe sobre a criação de espaços de convivência para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) no Município de São Paulo e dá outras providências. O projeto teve aprovação em primeira votação, portanto permanece no processo legislativo.

PL nº 798/2024 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de salas multissensoriais nos locais que especifica para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências.

PL nº 230/2025 – Dispõe ao Poder Público sobre o estabelecimento de que as salas utilizadas para sessões de terapias e fisioterapias no tratamento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, deficiência intelectual e múltipla sejam fechadas com vidro ou algum meio que facilite o acompanhamento, sem atrapalhar as sessões, e dá outras providências. O projeto continuava em tramitação em 2026.

PL nº 497/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa Capacita TEA+ no Município de São Paulo, dando ainda outras providências.

PL nº 676/2025 – Institui o Circuito Azul Spcine, com sessões acessíveis mensais dedicadas a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Circuito Spcine, e dá outras providências.

PL nº 732/2025 – Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Centros de Tratamento de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de São Paulo a dispor sobre o



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

laudo de diagnóstico precoce, visando melhor resultado do tratamento, e dá outras providências.

PL nº 770/2025 – Institui a “Sala Azul” no âmbito do Município de São Paulo, como espaço sensorial de acolhimento, descompressão e acessibilidade para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências, em equipamentos públicos e privados com relevante circulação, e dá outras providências.

PL nº 813/2025 – Institui o Selo Escola Amiga da Criança e do Adolescente TEA, com o objetivo de promover a conscientização, inclusão e o enfrentamento ao bullying no ambiente escolar.

PL nº 850/2025 – Institui o “Portal TEA” no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 876/2025 – Altera a Lei nº 18.078, de 11 de janeiro de 2024, para expandir a aplicação do questionário M-CHAT nos Centros de Educação Infantil, nos Centros de Referência de Assistência Social, nas unidades do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e nos Centros de Acolhida no Município de São Paulo.

PL nº 892/2025 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação do espaço “Praça Azul – Convivência e Inclusão para Famílias Atípicas” em eventos públicos, shows, feiras e demais festividades autorizadas ou realizadas no âmbito do Município de São Paulo.

PL nº 919/2025 – Dispõe sobre a instituição da “Rota Inclusiva” no Município de São Paulo, consolidando e ampliando diretrizes para garantia do acesso prioritário e qualificado a terapias multidisciplinares, inclusão escolar efetiva, apoio integral às famílias atípicas e informação sobre direitos de pessoas com TEA e outras deficiências, e institui a coleta de dados para implementação de políticas públicas baseadas em evidências.

PL nº 920/2025 – Institui a “Rota Azul” e o Programa de Feiras Itinerantes de Apoio às Famílias Atípicas no Município de São Paulo.

PL nº 921/2025 – Institui o Programa de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (PTVA-TEA) no Município de São Paulo.

PL nº 1.000/2025 – Institui a Política Municipal de Diagnóstico Rápido e Desburocratizado de Transtornos do Neurodesenvolvimento na Rede Pública de Saúde e dá outras providências.

PL nº 1.116/2025 – Institui a Política Municipal de Diagnóstico Tardio do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em adultos e idosos no Município de São Paulo, estabelecendo diretrizes para sua identificação, acolhimento e encaminhamento, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL nº 1.153/2025 – Institui o Programa SINAIS – Sistema de Identificação e Apoio ao Autismo na Infância pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.

PL nº 1.154/2025 – Institui a criação do Selo Empresa Amiga da Família Atípica, destinado a reconhecer estabelecimentos comerciais que adotem política interna de inserção profissional de mães, pais e/ou cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no Município de São Paulo.

PL nº 1.227/2025 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, os Centros de Atenção Psicossocial Especializados para Pessoas Atípicas (CAPS-PA), e dá outras providências.

PL nº 1.230/2025 – Institui o Programa de Transporte Especial Gratuito para Pessoas Atípicas – TEG Atípico, destinado ao deslocamento da residência até instituições de acolhimento e reabilitação.

PL nº 1.238/2025 – Autoriza o Executivo a criar a Sala TEA+ para atendimento multidisciplinar de crianças e adolescentes portadoras do Espectro Autista e mães atípicas e dá outras providências. A ficha oficial registra o projeto na CCJ.

PL nº 1.321/2025 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal LINCA-TEAN – Linha de Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais Transtornos do Neurodesenvolvimento, e dá outras providências.

PL nº 1.333/2025 – Fica o Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Município de São Paulo, a obrigatoriedade da disponibilização de meios de Comunicação Aumentativa e Alternativa. A ficha oficial registra tramitação na CCJ em 2026.

PL nº 1.351/2025 – Dispõe sobre a criação de salas sensoriais nas escolas municipais da cidade de São Paulo, para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA e outras condições neuroatípicas, e dá outras providências. A Câmara ainda o apresentava expressamente como proposta “em tramitação” em julho de 2026.

PL nº 1.355/2025 – Cria o Programa Sala Azul Itinerante no âmbito do Município de São Paulo, destinado a promover espaço de acolhimento sensorial e de decompressão em eventos públicos, e dá outras providências.

PL nº 1.367/2025 – Institui o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Produtiva de Pessoas Neurodivergentes no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 1.405/2025 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa Professor de Inclusão Individual, destinado ao atendimento educacional personalizado de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e outras condições que demandem acompanhamento pedagógico especializado, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

PL nº 1.441/2025 – Dispõe sobre a criação dos “Espaços Brincar” em praças, parques públicos e unidades educacionais do Município de São Paulo, destinados à instalação de áreas de lazer acessíveis, seguras e inclusivas para crianças, e dá outras providências.

PL nº 1.442/2025 – Estabelece a obrigatoriedade de programas de formação continuada periódica para os profissionais das unidades de educação infantil municipais, contemplando temas relacionados ao neurodesenvolvimento infantil, inclusão, prevenção de violência e práticas pedagógicas atualizadas.

PL nº 1.540/2025 – Dispõe sobre o estabelecimento de Parceria Público-Privada com instituições especializadas em alfabetização de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), para oferta de atividades educacionais de extensão e reforço escolar, e dá outras providências.

PL nº 12/2026 – Institui diretrizes para o incentivo à utilização da Musicoterapia como tratamento terapêutico complementar na rede de saúde e de assistência social do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 96/2026 – Autoriza que os Centros TEA forneçam atendimento às pessoas portadoras da Síndrome de Rett, além das pessoas com Transtornos do Neurodesenvolvimento.

PL nº 107/2026 – Dispõe sobre a garantia de prioridade de permanência e continuidade dos estudos, na mesma unidade escolar da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e dá outras providências. A ficha oficial registra o projeto na CCJ desde março de 2026.

PL nº 220/2026 – Institui nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) do Município de São Paulo o “Espaço Sensorial Valentina Salmeron Barbosa dos Santos”, destinado ao acolhimento, regulação sensorial e promoção do bem-estar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições de neurodivergência.

PL nº 329/2026 – Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Creches Especializadas para Atendimento à Pessoa Neurodivergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências. A ficha oficial registra o projeto na CCJ.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 02 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068